

2019

Política de Transações com Partes Relacionadas



Grupo NOVO BANCO

Maio de 2019

Índice

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | Objetivos | 3 |
| 2. | Aplicação da Política às Entidades do Grupo NOVO BANCO | 3 |
| 3. | Enquadramento Legal e Regulamentar | 3 |
| 4. | Definição de Parte Relacionada..... | 4 |
| 5. | Outras Definições | 6 |
| 6. | Condições na celebração, modificação e formalização de Transações | 7 |
| 7. | Processo de Aprovação de Transações entre o NOVO BANCO e Partes Relacionadas de valor igual ou superior a 100.000€..... | 8 |
| 8. | Processo de Aprovação de Transações com valor inferior a 100.000€..... | 12 |
| 9. | Enquadramento Legal da Concessão de Crédito..... | 13 |
| 10. | Impedimento de participação e de voto..... | 13 |
| 11. | Dever de informação ao Departamento de Compliance..... | 13 |
| 12. | Extensão da aplicação da presente Política a Transações com Partes não Relacionadas | 14 |
| 13. | Identificação, caracterização e registo de Partes Relacionadas..... | 14 |
| 14. | Competências do Departamento de Compliance | 14 |
| 15. | Divulgação | 15 |
| 16. | Auditoria interna | 15 |
| 17. | Aprovação | 15 |
| 18. | Revisão | 16 |
| 19. | Esclarecimentos..... | 16 |

1. Objetivos

A presente Política visa:

- a) Estabelecer regras relativas à identificação de Transações do NOVO BANCO com Partes Relacionadas;
- b) Salvar os interesses do NOVO BANCO e Grupo NOVO BANCO em situações de potenciais conflitos de interesses;
- c) Contribuir para que a informação financeira do NOVO BANCO reproduza uma imagem autêntica e verdadeira da sua situação económico-financeira;
- d) Garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a Transações com Partes Relacionadas.

- *Identificação de transações com Partes Relacionadas;*
- *Salvagem dos interesses do GNB;*
- *Informação financeira verdadeira;*
- *Cumprimento da lei.*

2. Aplicação da Política às Entidades do Grupo NOVO BANCO

1. O NOVO BANCO promoverá junto das suas Sucursais e Subsidiárias bancárias a adoção das diretrizes e regras instituídas pela presente Política, com a aprovação pelos respetivos órgãos de administração, conforme aplicável.
2. Para efeitos desta Política, «Subsidiária» é uma instituição de crédito, sediada ou não em Portugal, direta ou indiretamente dominada, controlada ou participada pelo NOVO BANCO que consigo consolide para efeitos contabilísticos (método de consolidação integral).
3. A articulação entre o NOVO BANCO e as suas Sucursais e Subsidiárias para a implementação desta Política será feita através do Departamento de Compliance.

3. Enquadramento Legal e Regulamentar

1. Na elaboração desta Política foram consideradas várias disposições legais que estabelecem regras e requisitos que visam prevenir riscos decorrentes de determinados tipos de relacionamento existentes entre os sujeitos das transações:
 - a) EBA/GL/2017/11, 26 de setembro de 2017 - *Guidelines on internal governance under Directive 2013/36/EU (Final Report)* [Guidelines (Orientações) 105 e 113];
 - b) Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF):
 - i. Artigo 85º («Crédito a membros dos órgãos sociais»);
 - ii. Artigo 86º («Outras operações»);
 - iii. Artigo 109º («Crédito a detentores de participações qualificadas»).

- c) Código das Sociedades Comerciais:
 - i. Artigo 397º («Negócios com a sociedade»).
 - d) Código dos Valores Mobiliários:
 - i. Artigo 21º («Relação de domínio e de grupo»);
 - ii. Artigo 248º-B («Comunicação de transações»);
 - e) Norma Internacional de Contabilidade – IAS 24
 - i. Estabelece a obrigatoriedade de divulgação nas demonstrações financeiras, de operações que envolvam, nomeadamente, os principais gestores da sociedade, membros da família de gestores, acionistas majoritários e outras Partes Relacionadas.
2. Foram também consideradas as observações e recomendações do Banco de Portugal constantes do Livro Branco do Banco de Portugal (Maio de 2016).

4. Definição de Parte Relacionada

Na presente Política, Parte Relacionada tem o seguinte significado:

- a) Pessoa Abrangida:
 - i. Membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão;
 - ii. Diretores Gerais, Assessores do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão;
 - iii. Membros da Comissão de Acompanhamento;
 - iv. Secretário do NB;
 - v. Membros da Mesa da Assembleia Geral;
 - vi. Gerentes das Sucursais, Conselheiros dos Gerentes das Sucursais e Membros de Órgãos Consultivos.
- b) Qualquer pessoa ou entidade, independentemente da forma jurídica que assuma, que tenha uma relação familiar, jurídica ou de negócios com uma Pessoa Abrangida, de um dos seguintes tipos:
 - i. Cônjuge de Pessoa Abrangida ou pessoa que com ela viva em união de facto, parentes e afins no 1º grau da linha reta, e pessoas que com a Pessoa Abrangida coabitem há mais de um ano;
 - ii. Entidades Dominadas por Pessoas Abrangidas ou por alguma das pessoas enumeradas na alínea b) i. anterior;
 - iii. Entidades nas quais Pessoas Abrangidas ou alguma das pessoas enumeradas na alínea b) i. anterior detenham participação qualificada;

- iv. Entidades em que as Pessoas Abrangidas assumam funções de administração ou fiscalização ou em que, não sendo membros daqueles órgãos, tenham acesso regular a informação privilegiada e participem nas principais decisões de gestão.
- c) Acionistas:
- i. acionistas detentores de participação direta ou indireta igual ou superior a 2% no capital social do NOVO BANCO e nos direitos de voto, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM);
 - ii. beneficiários efetivos (*ultimate beneficial owners*) e quaisquer das suas partes relacionadas;
 - iii. entidades direta ou indiretamente dominadas pelos acionistas, pessoas ou entidades referidas nas alíneas c) i. e c) ii. supra ou em relação de grupo com estes ou entidades nas quais os acionistas detenham participação qualificada;
 - iv. sendo o acionista detentor de participação qualificada referida na presente alínea c) uma pessoa singular, é, ainda Parte Relacionada, qualquer pessoa ou entidade, independentemente da forma jurídica que assuma, que tenha uma relação familiar, jurídica ou de negócios com esse acionista, de um dos seguintes tipos:
 - i) Cônjuge do acionista ou pessoa que com ele viva em união de facto, parentes e afins no 1º grau da linha reta, e pessoas que com o acionista coabitem há mais de um ano;
 - ii) entidades Dominadas por alguma das pessoas enumeradas na alínea iv. i) anterior;
 - iii) entidades nas quais o acionista ou alguma das pessoas enumeradas na alínea iv. i) anterior detenham participação qualificada;
 - iv) entidades em que o acionista assuma funções de administração ou fiscalização ou em que, não sendo membros daqueles órgãos, tenha acesso regular a informação privilegiada e participe nas principais decisões de gestão;
- d) Revisor Oficial de Contas (ROC) do Banco e entidades dominadas pelo ROC.
- e) Subsidiária: entidade, sediada ou não em Portugal, direta ou indiretamente controlada, dominada ou detida pelo Novo Banco que consigo consolide para efeitos contabilísticos (método de consolidação integral);
- f) Pessoas Abrangidas de Subsidiária: membros do órgão de administração ou de fiscalização da Subsidiária;
- g) Empresas associadas: as empresas sobre as quais o Grupo NOVO BANCO detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos

direitos de voto da associada, mas menos de 50% dos mesmos. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos;

- h) Entidades sob controlo conjunto do NOVO BANCO (em empreendimento conjunto – *joint venture*)

5. Outras Definições

Na presente Política os seguintes termos e expressões têm o seguinte significado:

- a) Crédito: Crédito concedido, por qualquer forma ou modalidade, direta ou indireta, incluindo a prestação de garantias, bem como as suas alterações, renegociações ou reestruturações a qualquer título (incluindo a aprovação, modificação, renovação, novação e remissão, de linhas ou transações);
- b) Entidade Dominada: Pessoa coletiva relativamente à qual outra pessoa singular ou coletiva detenha a totalidade do seu capital ou exerça uma Relação de Controlo ou Domínio;
- c) Grupo NOVO BANCO: NOVO BANCO e as suas Subsidiárias;
- d) Participação Qualificada: a participação direta ou indireta que represente percentagem não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da empresa participada ou que, por qualquer motivo, possibilite exercer influência significativa na gestão da empresa participada em conformidade com o artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais;
- e) Transação: qualquer relação estabelecida ou a estabelecer entre o NOVO BANCO e Partes Relacionadas, incluindo modificação, cessação ou qualquer outra decisão sobre um contrato. O processo de aprovação de Transações entre o NOVO BANCO e Partes Relacionadas deve seguir os seguintes procedimentos:
 - i. No caso de Transações com Acionistas, não é aplicável qualquer limiar, estando o procedimento previsto na Ponto 7;
 - ii. No caso de Transações com as restantes Partes Relacionadas, incluindo Subsidiárias e Empresas Associadas, é aplicável um limiar de 100.000,00€, nos termos previstos no Ponto 7. No caso de Transações abaixo de 100.000€ aplica-se o disposto no Ponto 8.
 - iii. Para que não subsistam dúvidas, os limiares supramencionados não se aplicam a Transações sujeitas aos artigos 85.º e 109.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

- iv. Para que não subsistam dúvidas, excluem-se da definição de Transação para efeitos da presente Política:
- a) quaisquer transações ou atividades associadas ao Contrato de Capital Contingente celebrado entre o NOVO BANCO e o Fundo de Resolução.
 - b) qualquer acordo estandardizado em que uma Parte Relacionada seja contraparte ou em que intervenha a qualquer título e que não seja objeto de negociação ou de alteração, tal como a abertura de uma conta, contrato de registo e depósito de instrumentos financeiros ou qualquer subscrição de produtos bancários de acordo com os termos e condições gerais aplicáveis a todos os Clientes e de acordo com o preçário do Banco.

A título exemplificativo, é considerada Transação:

- i. A concessão de crédito (incluindo a aprovação e renovação de linhas);
- ii. A colocação de valores mobiliários ou a sua subscrição;
- iii. A colocação de fundos de investimento ou de produtos de seguros que incluam ativos financeiros emitidos por Parte Relacionada;
- iv. A celebração de contratos de natureza derivada ou afim;
- v. A realização de operações sobre imóveis;
- vi. A celebração de contratos ou adjudicações para o fornecimento de bens e serviços;
- vii. Qualquer outro contrato que tenha por contraparte ou em que intervenha a qualquer título uma Parte Relacionada.

6. Condições na celebração, modificação e formalização de Transações

1. Nas Transações, devem ser observadas as seguintes condições:

- a) Ser celebradas em condições de mercado (*at arm's length*) e de acordo com o estabelecido nesta Política. Se a Transação for proposta sem a observância desta condição, as propostas/decisões das áreas comerciais envolvidas, do Comité de Compliance do Conselho Geral e de Supervisão/ do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo devem apresentar a devida justificação para esse facto.
- b) Apresentar evidência da verificação de que ocorreram em termos e condições semelhantes, quando comparadas com outras celebradas com partes não relacionadas, quando solicitado pelo Departamento de Compliance;

- *Condições de mercado*
- *Evidência*
- *Celebração por escrito*

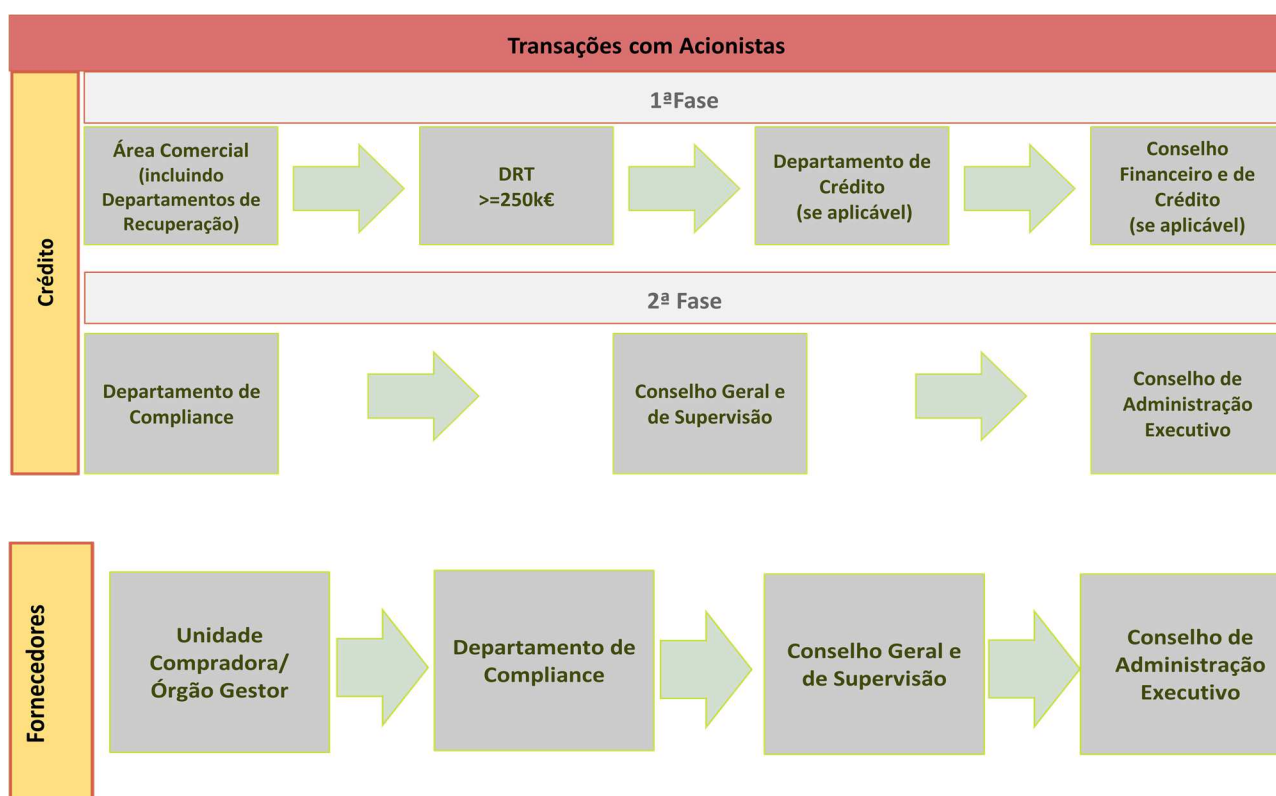
- c) Ser celebradas por escrito, especificando-se as suas principais características e condições, tais como montante, preço, comissões, prazo e garantia.
- 2. No processo de apreciação e decisão de Transações que envolvam Partes Relacionadas deve ser assegurado que:
 - a) São observadas e cumpridas as regras aplicáveis a transações homólogas que não envolvam Partes Relacionadas;
 - b) As propostas de aprovação/alteração/renovação/cessação de transações de crédito, referentes a (i) Limites ou propostas de envolvimento global (PEG) relativos a categorias de Transações que envolvam Partes Relacionadas; ou (ii) Transações que envolvam Partes Relacionadas quando não sejam contratadas ao abrigo de limites ou propostas de envolvimento global (PEG) aprovados previamente pelo Banco, deverão incluir a seguinte informação:
 - i. Se os termos e condições propostos são similares àqueles em que são celebradas transações homólogas que não envolvem Partes Relacionadas; e não o sendo deverá ser apresentada uma justificação, v.g. nos casos em que não haja transações comparáveis com partes não relacionadas;
 - ii. Nos casos em que o envolvimento da Parte Relacionada decorra de escolha do NOVO BANCO, a avaliação técnica e comercial que esteve na base da referida seleção;
 - iii. Se a Transação é uma operação corrente do NOVO BANCO (que se inclui no seu comércio).
- 3. A formalização e execução das Transações deverão observar as regras aplicáveis a transações homólogas que não envolvam Partes Relacionadas.

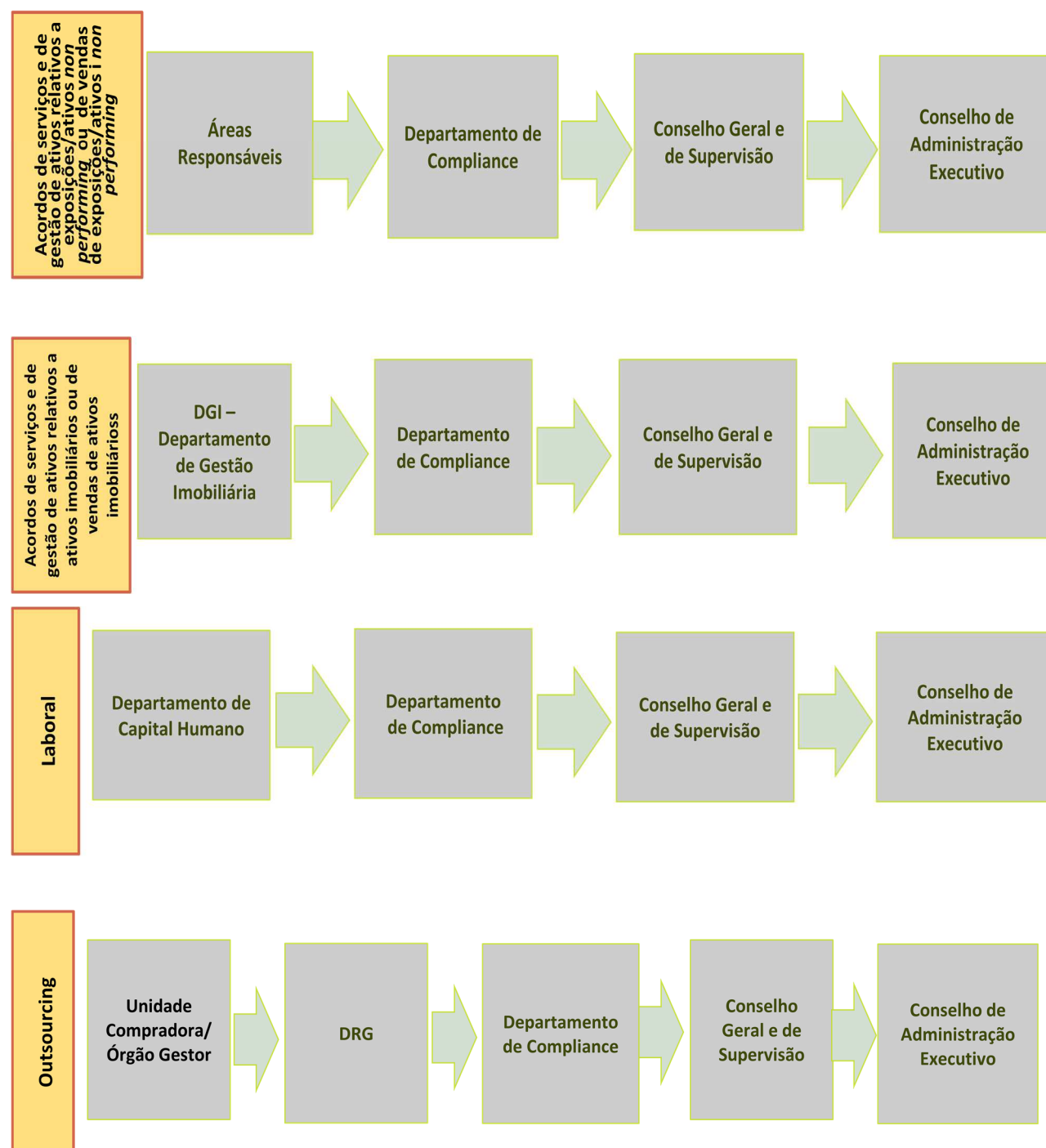
7. Processo de Aprovação de Transações entre o NOVO BANCO e Partes Relacionadas de valor igual ou superior a 100.000€

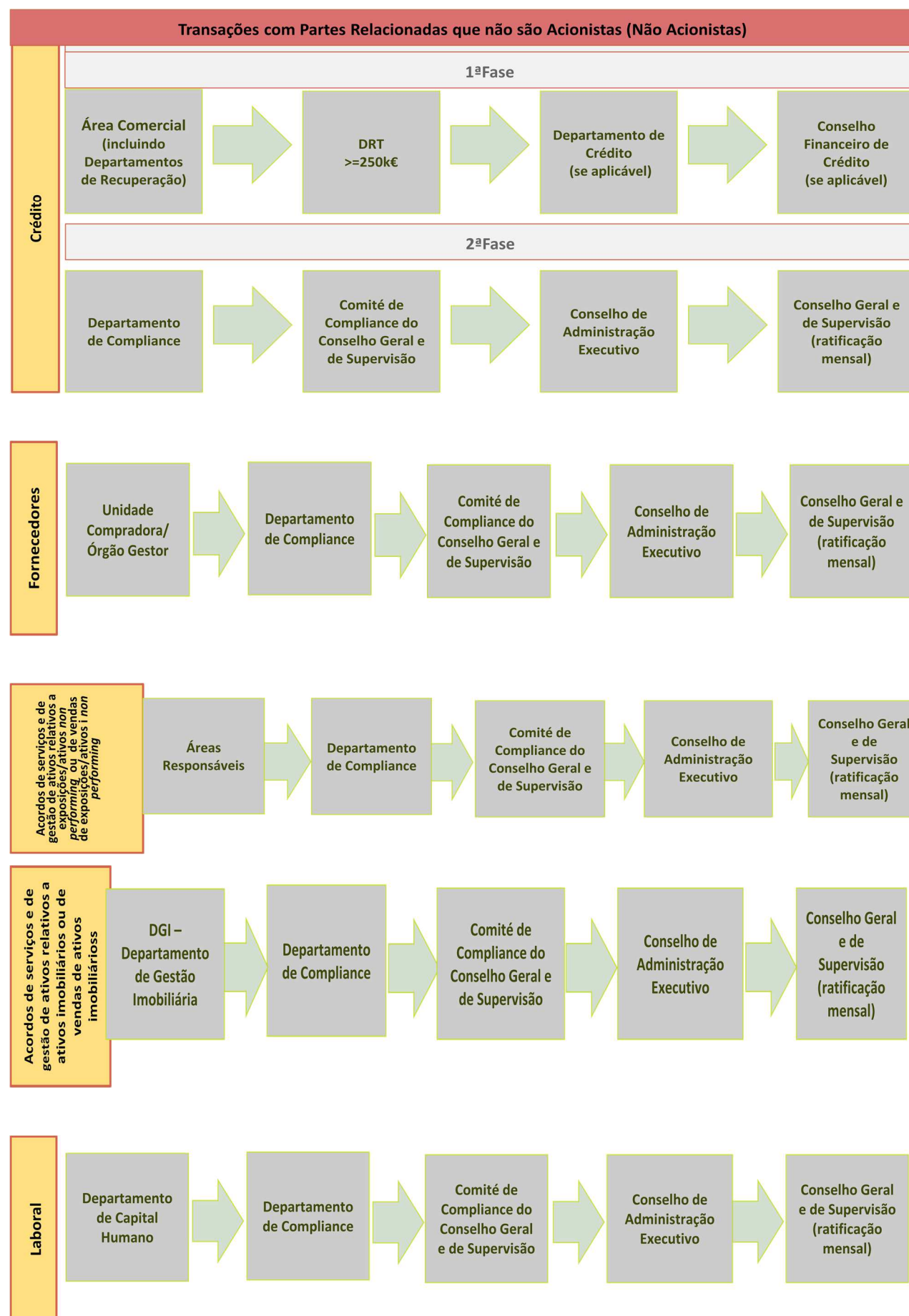
A aprovação de Transações que envolvam Partes Relacionadas deve cumprir o seguinte procedimento:

- a) Parecer:
 - i. da área de negócio responsável pela Transação, incluindo os departamentos de recuperação;
 - ii. da unidade compradora/órgão gestor, no caso de contratação de fornecedores ou prestadores de serviços; ou
 - iii. do Departamento de Gestão Imobiliária (DGI), no caso de acordos de serviços e de gestão de ativos relativos a ativos imobiliários ou de vendas de ativos imobiliários; ou

- iv. das áreas de *non-performing assets*, no caso de acordos de serviços e de gestão de ativos relativos a exposições/ativos *non performing* e de vendas de exposições/ativos *non performing*; ou
 - v. do Departamento de Capital Humano, nas questões laborais;
 - vi. de outros, conforme aplicável;
- b) Parecer da Função de Risco nos seguintes casos: (i) Parecer do Departamento de Rating (DRT), que é o responsável por centralizar as avaliações de crédito individuais, o qual analisará as Transações de Crédito de valor igual ou superior a 250.000,00€; e (ii) Parecer do Departamento de Risco Global (DRG), de acordo com a Política de Outsourcing, no caso de contratação de *outsourcers* que sejam Partes Relacionadas;
- c) Parecer do Departamento de Compliance, que deverá indicar se no caso deverão ser cumpridos requisitos adicionais decorrentes dos regimes indicados na cláusula 3, alíneas b) e c) supra ou outras recomendações ou pareceres que entenda convenientes;
- d) Prévio acordo do Conselho Geral e de Supervisão, que poderá conferir uma delegação de poderes a favor do Comité de Compliance do Conselho Geral e de Supervisão (com a exceção de Transações a celebrar pelo NOVO BANCO com Acionistas, que terão sempre de ser aprovadas pelo Conselho Geral e de Supervisão); após a concessão da delegação de poderes, é necessária ratificação pelo Conselho Geral e de Supervisão.
- e) Aprovação pelo Conselho de Administração Executivo (para este efeito será exigida uma aprovação por maioria de, pelo menos, dois terços dos seus membros que não estejam impedidos de participar).





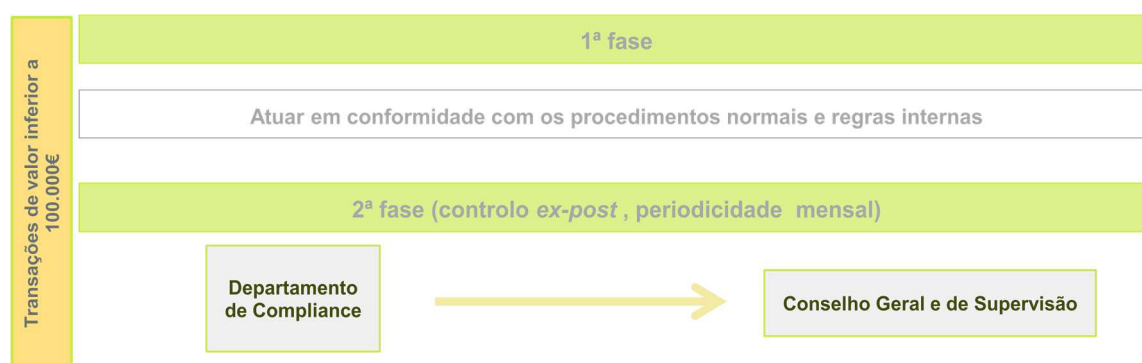




8. Processo de Aprovação de Transações com valor inferior a 100.000€

O processo de aprovação de Transações de Crédito ou de outra natureza com valor inferior a 100.000€ compreende duas fases distintas:

1. A primeira fase inclui os seguintes procedimentos que terminam com a celebração da Transação e assinatura do contrato/acordo:
 - a) Parecer da área de negócio, mencionando se as Transações serão celebradas em condições de mercado (at arm's length);
 - b) No caso de operações de crédito, parecer do Departamento de Crédito e do Comité Financeiro e de Crédito (se aplicável) de acordo com as regras internas de crédito;
 - c) Celebração da Transação e assinatura do contrato/acordo correspondente em conformidade com as decisões tomadas nas alíneas a) e b) anteriores.
2. A segunda fase inclui um controlo mensal por parte do Departamento de Compliance e ocorre após a celebração da Transação e a assinatura do contrato/acordo. Recomendações ou pareceres considerados convenientes também poderão ser dados pelo Departamento de Compliance.
3. Para efeitos do número anterior, os departamentos/áreas do NOVO BANCO deverão comunicar ao Departamento de Compliance no final de cada mês de todas as Transações com valor inferior a 100.000€ celebradas pelo NOVO BANCO e Partes Relacionadas, tendo o Departamento de Compliance o direito de solicitar, em qualquer altura, informações complementares e esclarecimentos relativamente a tais Transações.
4. O Departamento de Compliance deverá informar o Conselho Geral e de Supervisão, todos os meses, de todas as Transações referidas na presente cláusula 8.
5. Caso sejam identificadas quaisquer violações da presente Política ou de quaisquer normas internas pelo Departamento de Compliance, o Departamento de Compliance poderá recomendar ao Departamento de Auditoria a realização de auditorias ou inspeções, conforme aplicável.
6. Para que não subsistam dúvidas, as disposições da presente cláusula não se aplicam a Transações de crédito sujeitas aos artigos 85.º e 109.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.



9. Enquadramento Legal da Concessão de Crédito

No que respeita a Crédito a membros dos órgãos sociais, bem como a Crédito concedido aos titulares de participações qualificadas (diretas ou indiretas) no NOVO BANCO aplicar-se-ão para além da presente Política, as seguintes disposições:

1. Artigo 85.º do RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);
2. Artigo 109.º do RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras).

10. Impedimento de participação e de voto

As Pessoas Abrangidas estão impedidas de participar no processo de apreciação ou decisão de qualquer Transação, quando respetivamente se encontrem, por qualquer causa, em situação de conflito de interesses, designadamente quando numa Transação intervenha a própria ou uma pessoa ou entidade que seja Parte Relacionada do NOVO BANCO em virtude do relacionamento que tenha com tal Pessoa Abrangida.

11. Dever de informação ao Departamento de Compliance

Qualquer Pessoa Abrangida, no exercício das suas funções, deve informar o Departamento de Compliance de quaisquer Transações em relação às quais se encontre em situação de conflito de interesses ou nas quais participe pessoa ou entidade que seja Parte Relacionada do NOVO BANCO em virtude do relacionamento que tenha com tal Pessoa Abrangida.

12. Extensão da aplicação da presente Política a Transações com Partes não Relacionadas

As Transações que, embora sendo realizadas com Partes não Relacionadas, podem ficar sujeitas às disposições prevista nesta Política se assim for deliberado pelo Conselho de Administração Executivo.

13. Identificação, caracterização e registo de Partes Relacionadas

1. Os Acionistas, os membros do Conselho Geral e de Supervisão, os membros do Conselho de Administração Executivo e os membros da Comissão de Acompanhamento deverão informar o Departamento de Compliance, preenchendo para o efeito o formulário cujo modelo é disponibilizado por este Departamento, sobre a lista das suas partes relacionadas ao abrigo da presente Política e quaisquer nomeações ou cargos/funções que exerçam noutras entidades.
2. As pessoas e entidades que se integrem nos diversos tipos de Partes Relacionadas deverão ser identificadas e caracterizadas nos sistemas informáticos do NOVO BANCO.
3. Os Departamentos/Estruturas do NOVO BANCO deverão identificar as contrapartes que, segundo a presente Política, são Partes Relacionadas do NOVO BANCO, devendo informar, de imediato, o Departamento de Compliance.
4. O Departamento de Compliance deverá promover a inscrição e atualização no Portal das Entidades das pessoas ou entidades que se integrem em cada um dos tipos de Parte Relacionada que identifique ou que lhe sejam comunicadas nos termos da cláusula nº 2 anterior.
5. Os departamentos/áreas do NOVO BANCO deverão notificar o Departamento de Compliance de todas as transações realizadas com Partes Relacionadas de acordo com a norma interna relativa a Transações com Partes Relacionadas.
6. O Departamento de Compliance solicitará trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) aos departamentos/áreas a lista de transações com Partes Relacionadas celebradas nesse período.
7. Os procedimentos a observar no âmbito das atividades referidas no presente ponto são desenvolvidos e detalhados na norma interna relativa a Transações com Partes Relacionadas.

14. Competências do Departamento de Compliance

1. Ao Departamento de Compliance compete acompanhar o cumprimento da presente Política, podendo solicitar a realização de ações de inspeção e de auditoria que tiver como convenientes.
2. O Departamento de Compliance reporta ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão eventuais incumprimentos da presente Política.
3. O Departamento de Compliance avalia a eficácia das regras constantes da presente Política e, sempre que justificado, sugere medidas para corrigir eventuais deficiências.
4. O Departamento de Compliance mantém um registo de todas as Transações efetuadas pelo NOVO BANCO com Partes Relacionadas.

- *Acompanhar o cumprimento da Política;*
- *Reportar ao Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão;*
- *Avaliar a eficácia das regras constantes da Política;*
- *Promover a inscrição e atualização da lista de Partes Relacionadas.*

15. Divulgação

1. O Departamento de Compliance do NOVO BANCO é responsável pela divulgação da presente Política às estruturas do NOVO BANCO.
2. O NOVO BANCO divulgará a informação que seja legalmente exigida sobre Partes Relacionadas, designadamente o disposto no IAS 24-Norma Internacional de Contabilidade.

16. Auditoria interna

Sem prejuízo das atribuições do Departamento de Compliance, a Auditoria Interna avalia o cumprimento da presente Política no âmbito das suas avaliações periódicas, em função do plano anual de auditoria aprovado, reportando ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão os resultados dessa avaliação e eventuais medidas para melhoria da adequação e eficácia da mesma.

17. Aprovação

A presente Política relativa a Transações com Partes Relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração Executivo do NOVO BANCO e, mediante recomendação do Departamento de Compliance, pelo Conselho Geral e de Supervisão.

18. Revisão

A presente Política é revista com uma periodicidade mínima anual. O Departamento de Compliance pode, no entanto, propor ao Conselho de Administração Executivo a revisão da Política num prazo inferior, sempre que considere oportuno.

19. Esclarecimentos

Para qualquer esclarecimento sobre a presente Política deve ser contactada a Unidade de Regulação Comportamental e Conflitos de Interesses do Departamento de Compliance.

Os Colaboradores deverão consultar na *NBweb*/espaço Compliance, os contactos da área de Regulação Comportamental e Conflitos de Interesses.

